

IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA

THEOTONIO DOSSANTOS

PRÓLOGO

Iniciamos nossos estudos empíricos sobre a economia internacional no Brasil, entre 1964 e 1966, período em que fomos perseguidos pela ditadura militar recém-instalada. A urgência do tema era evidente para as forças da esquerda. A ditadura iniciava um processo de forte integração de nossa economia com a economia capitalista mundial, particularmente com os Estados Unidos. Era necessário compreender muito claramente o caráter dessa integração. Em fins de 1965, chegamos a conclusão de que o sistema capitalista mundial havia entrado numa nova fase de integração no pós-guerra de 1939-45 e iniciado um novo e prolongado ciclo de crescimento, apoiado nas empresas multinacionais, o qual parecia então estar chegando ao fim para dar origem a um novo ciclo depressivo, caracterizado por uma desintegração relativa, que daria origem, por sua vez, a uma nova fase do movimento revolucionário mundial.

Essas teses foram apresentadas em um informe político sobre a conjuntura internacional e desenvolvidas num livro sobre a crise econômica e política do Brasil, impossibilitado de ser publicado no país, foi mimeografado em 1966 no Chile (1), onde nos havíamos asilado recentemente, depois que, num processo sem defesa e sem nenhum fundamento legal, fomos condenados à revelia pelos tribunais militares do Brasil sob a vaga acusação de “mentor intelectual da penetração subversiva no campo”.

No Chile encontramos um ambiente adequado para continuar nossas pesquisas, principalmente quando, em 1968-69, a reforma universitária abriu perspectivas para um grande desenvolvimento da pesquisa e do pensamento crítico. Criamos, então, no Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) uma equipe de pesquisa sobre imperialismo e dependência, que, além de fazer uma revisão da bibliografia técnica sobre o assunto, dedicou-se a acumular um vasto material empírico. No primeiro semestre de 1969 fomos convidados a lecionar nos Estados Unidos, na Northern Illinois University, oportunidade que aproveitamos para reunir um vasto material empírico sobre a economia, a sociedade e a política norte-americana. Para essa tarefa contamos com a ajuda da Fundação Rabinowitz, por interferência de Paul Sweezy e Harry Magdof. Em dezembro do mesmo ano voltamos aos Estados Unidos a convite de Paul Sweezy, a fim de apresentarmos uma tese na Reunião Anual da Associação Norte-americana de Economistas, na comissão sobre “economia política do imperialismo”, organizada por ele. Nessa oportunidade, pudemos debater amplamente o tema com os membros da Associação de Economistas Radicais que funcionou paralelamente ao

congresso, bem como com outros pesquisadores, de tendências diversas, dedicadas ao estudo das corporações multinacionais.

De volta ao Chile pudemos ampliar nossa equipe de pesquisas e nossos estudos. No segundo semestre de 1970 fizemos um debate mais amplo sobre o tema ao participarmos, em Tilburg, na Holanda, do Congresso sobre Capitalismo 1970 e em Varna, Bulgária, na Comissão sobre Imperialismo e Movimentos Nacionais do Congresso Mundial de Sociologia. Desde então mantivemos um amplo contato, em reuniões e por correspondência, com diversos grupos marxistas e não marxistas que nos Estados Unidos, na América Latina e na Europa se dedicavam ao estudo do capitalismo contemporâneo.

A vitória da UP (Unidade Popular) no Chile aumentou nossa responsabilidade em definir as novas políticas do imperialismo para a América Latina. Foi nesse amplo período de 1968 e 1973 que publicamos alguns dos trabalhos aqui reunidos em forma de artigos e livros, no intuito de oferecer nossa contribuição a um debate cada vez mais intenso e necessário. Quando ali chegamos em 1966, Santiago do Chile já se achava transformada num importante centro de intelectuais de várias procedências, que vieram contribuir para criar um ambiente intelectual bastante desenvolvido, seja pelas mudanças ocorridas na América Latina, seja pelas mudanças políticas em andamento no país. Com a implantação do governo popular produziu-se uma verdadeira explosão intelectual, refletida nas novas publicações, nas enormes edições de livros, nos inumeráveis seminários, cursos e reuniões.

O golpe militar de setembro de 1973 veio cortar bruscamente os estudos sobre o capitalismo contemporâneo que tínhamos em curso. Apesar do enorme esforço representado por trabalhos feitos em tantos anos, foi sem amargura que os perdemos. Era tão grande o drama daquele povo que se tinha convertido em nossa segunda pátria, que qualquer problema pessoal, ainda que tenha um sentido coletivo, como a pesquisa, se tornava e se torna mesquinho. Os materiais que já tínhamos reunido e os mais recentes, que nos haviam sido enviados pelos companheiros da NACLA* para formar um centro de documentação sobre o capitalismo contemporâneo, foram afogados junto com o sangue de tantos.

Após cinco meses de asilo na embaixada do Panamá encontramos no México a mais cálida acolhida da parte de vários amigos na UNAM*, particularmente do Instituto de Pesquisas Econômicas e da Divisão de Estudos Superiores da Escola Nacional de Economia, para continuarmos nosso trabalho. Depois de alguns meses de pesquisas bibliográficas, chegamos à conclusão de que o novo estudo sobre o capitalismo contemporâneo que havíamos programado demandaria muito mais tempo do que tínhamos previsto. Apesar de nossa dependência dos Estados Unidos e do capitalismo mundial, temos dedicado em geral, na América Latina, muito pouco tempo e esforço em reunir a vasta documentação que existe sobre o assunto.

Por essa razão, e porque temos visto quão pouco são conhecidos no México os trabalhos de outras partes da América Latina, sentimo-nos animados a refazer os escritos publicados em *La crisis norteamericana y América Latina, Dependencia y cambio social e Imperialismo y corporaciones multinacionales* e incorporá-los aos resultados de novos estudos sobre a conjuntura internacional e a novos capítulos de discussão teórica, que procuram responder às confusas críticas feitas à “teoria da

dependência”, para cujo desenvolvimento meus trabalhos tinham contribuído de alguma forma - ou pelo menos assim pensam os críticos.

Esta é pois, a história deste livro, que talvez se tenha estendido um pouco mais do que previsto; entretanto, esperamos que, sem se contituir um tratado sobre os temas nele ventilados, ele revela uma boa parte dos elementos necessários à sua abordagem sistemática.

Queremos aproveitar esta oportunidade para agradecer aos amigos do CESO, no momento dispersos por vários países, e em particular aos da equipe de pesquisas sobre relações de dependência e da área de pesquisa sobre o capitalismo contemporâneo, bem como à Fundação Rabinowitz e a Paul Sweezy e Harry Magdof, autoridades e amigos do Instituto de Pesquisas Econômicas e da Divisão de Estudos Superiores de Economia, ao amigo Peter Roman, que tanto se empenhou para que fôsemos em 1969 aos Estados Unidos a fim de prosseguirmos nossa pesquisa e, acima de tudo, tanto lutou em 1973 para nos tirar do Chile, quando os militares nos negavam o salvo-conduto, e para obter o visto para trabalharmos na Universidade de Nova York, no Departamento de Ciências Sociais que ele dirige no Hostos Community College. Apesar de seu valoroso e gigantesco esforço, ele não conseguiu quebrar a resistência da imigração americana, que não aceitou os protestos de dezenas de cientistas sociais americanos e dos políticos e intelectuais que intervieram em favor do direito fundamental de romper a cortina de ferro imposta pela “democracia” americana aos lutadores democráticos que se levantam contra os ditadores impostos no mundo todo por seus políticos, o seu dinheiro e a sua polícia.

Devo agradecer ainda a Álvaro Briones, que reviu e discutiu grande parte do livro, e a Marcel Schilling, que se ocupou dos índices e da bibliografia final.

Vania Bambirra não somente participou da equipe de pesquisas sobre imperialismo e dependência, durante cujas discussões foi gerada uma boa parte deste livro, como também estimulou nosso trabalho e participou ativamente com suas críticas, da revisão final e da preparação das novas partes. Devo agradecer-lhe de maneira muito especial sua dedicação, muitas vezes em detrimento de suas próprias pesquisas.

México, junho de 1975.

(1) Esses estudos foram incorporados ao livro Socialismo ou fascismo, dilema da América Latina, PLA, 1969. Realizamos em seguida uma nova pesquisa sobre o tema, que foi incorporada ao livro O Novo caráter da dependência, CESO, 1968.

* (North American Congress of Latin America)

* (Universidade Nacional Autónoma do México)

INTRODUÇÃO

Este livro tem por principal objetivo estudar a natureza e o alcance da crise geral do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, estabelece uma demarcação bastante nítida entre a crise geral do capitalismo e suas manifestações particulares, como a depressão econômica que se iniciou em outubro de 1973 e terminou no segundo semestre de 1975. Nesta introdução pretendemos resumir a argumentação central e o caminho expositivo que seguimos nesta obra, de maneira a oferecer aos leitores o fio do raciocínio geral que a conduz.

1 - Imperialismo e Corporações Multinacionais

O imperialismo contemporâneo define-se como uma nova fase do capitalismo, iniciada depois da segunda guerra mundial e que se caracteriza por uma alta integração do sistema capitalista mundial fundada no amplo desenvolvimento da concentração, conglomeração, centralização e internacionalização do grande capital monopolista, cristalizando-se nas corporações multinacionais, célula desse processo e no aumento e fortalecimento do vínculo entre monopólio e o Estado. No plano internacional, esse sistema se resume na imposição hegemônica dos Estados Unidos, de sua moeda nacional, de sua ajuda econômica, de suas forças militares, bem como nos acordos monetários de Bretton Woods e seus aspectos institucionais (o FMI e o Banco Mundial), na aplicação do Plano Marshall, do Ponto IV, da Aliança para o Progresso e outros planos de “ajuda” inspirados pelo Eximbank, nos tratados militares do Rio de Janeiro, da Aliança Atlântica, do Sudeste Asiático, e em todo um sistema de relações militares que permitiram às tropas americanas formar uma rede internacional de ocupação disfarçada dos territórios de quase todos os países capitalistas. Ideologicamente, esse sistema se justifica como a expressão do “mundo livre” que se opõe à “tirania comunista”, base da “guerra fria” promovida pelo capitalismo contra o socialismo, teses ainda subjacentes na fase da chamada distensão.

Para compreender a fase atual do imperialismo, temos de partir do estudo das contradições que essa integração capitalista encerra e que o levam necessariamente a um período de desintegração. O que é específico no momento atual é que esse processo de desintegração ocorre no contexto de uma realidade internacional em que o capitalismo se vê frente não só a uma contradição de classe interna mas também a um campo socialista dinâmico que apresenta uma potência similar à sua.

A natureza da crise do imperialismo e de suas contradições internas não se modifica diante dessa situação internacional; modificam-se, porém, suas formas, efeitos e resultados. A existência de um forte campo socialista limita a capacidade de ação econômica, política e repressiva do imperialismo, cria condições favoráveis, em muitos casos, a capacidade de autodeterminação dos países dependentes e facilita sua rápida transição para o socialismo, tendo como apoio a base material dada pelo campo socialista, o desenvolvimento científico não monopolizado pelo capital e a ciência social marxista.

O imperialismo não consegue resolver a contradição entre a base nacional de sua expansão (existência de um mercado e um Estado nacionais fortes em que se apoie tecnológica, econômica, financeira, política e militarmente para realizar a expansão

internacional do capital) e sua crescente internacionalização (que pressupõe o livre movimento de capitais, de mercadorias e de recursos financeiros). Essa contradição manifesta-se em um aumento do caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista, estimulando o parasitismo do centro dominante e dinamizando outros polos de crescimento (Europa e Japão), o que, à longo prazo, leva a um confronto, seja entre blocos de países, seja nas zonas periféricas, dos interesses nacionais imperialistas.

Essa situação não leva, entretanto, a um maior desenvolvimento econômico das zonas periféricas e dependentes, as quais constituem, para o capital internacional, uma base para a extração de lucros elevados, bem como para a colocação de produtos e preços altos e para obtenção de matérias primas e de produtos agrícolas a preços baixos. Aumentam assim as contradições entre os interesses que se batem pelo crescimento econômico do mundo dependente e os interesses dominantes dos centros imperialistas, facilitando-se o desenvolvimento das tendências revolucionárias que não vêem senão no socialismo o caminho capaz de assegurar o desenvolvimento e de vencer a dominação imperialista e as estruturas dependentes, que mantêm a situação de exploração e miséria.

A célula dessa economia internacional é um novo tipo de empresa, que transpõe para uma escala mundial as poderosas técnicas de aproximação, administração e controle privados dos resultados da concentração tecnológica econômica, da monopolização, da centralização, da conglomeração e da intervenção estatal. Esse novo tipo de empresa veio superar os antigos trustes e cartéis que tinham uma relação de complementariedade comercial com suas atividades no exterior, desenvolvidas em função do intercâmbio entre a exportação de manufaturas pelos centros industriais e a importação de produtos agrícolas e matérias primas dos países em desenvolvimento. As modernas corporações multinacionais não só aumentam significativamente o papel dos negócios internacionais no conjunto de suas atividades, como também se dedicaram a produzir para o mercado interno dos países que recebem seus investimentos.

Em sua essência, a corporação multinacional é quase uma suprema tentativa da empresa capitalista no sentido de responder às necessidades criadas pela socialização dos meios de produção, que cresce a passos gigantescos com o avanço da revolução científico-técnica e a incorporação da automatização ao processo produtivo. Ela encerra em seu seio as contradições básicas do sistema ao depender dos estados nacionais e ao mesmo tempo confrontá-los, ao buscar uma racionalidade e um planejamento que se chocam com os limites estreitos e arbitrários impostos pela propriedade privada dos meios de produção; ao aperfeiçoar as técnicas de “racionalização” da sua anarquia interna sob a forma de um aconglomerado de atividades díspares, aumentando, na prática o desperdício e a irracionalidade que se esconde por trás de seu pretenso “planejamento”.

A nova fase do grande capital colocado nas corporações multinacionais conduz a uma nova divisão internacional do trabalho, pressupondo um aumento da industrialização das matérias primas e de produtos de menor avanço tecnológico e sua exportação para os centros dominantes, particularmente para os Estados Unidos, que se especializariam na exportação de bens e serviços de alto teor tecnológico e de capitais, elevando a níveis altíssimos o parasitismo típico das potências imperialistas.

Enquanto o capitalismo conseguiu manter um elevado ritmo de crescimento durante o período ascendente do ciclo de pós-guerra, as justificativas ideológicas dessa

irracionalidade pareceram “científicas e apoiadas em fatos. Ao mesmo tempo, a oposição política ao grande capital encontrava-se parcialmente neutralizada pelas conquistas econômicas e sociais dos trabalhadores, provindas em parte de uma maior renda a ser distribuída e em parte do aumento do seu poder de barganha em função do pleno emprego relativo. A capacidade de aumentar a renda dos trabalhadores e de incorporar dinamicamente novos setores da pequena burguesia ?atividade econômica teve como resultado que, ideologicamente, a oposição operária tendesse para o reformismo e aumentasse suas esperanças no sistema. A ideologia pequeno-burguesa impregnava com o seu idealismo o movimento popular. O caso norte-americano é muito significativo. Depois dos avanços sindicais, políticos e ideológicos das décadas de 30 e 40, o movimento operário norte-americano seduzido pelo anticomunismo e a frente popular que apoiou a segunda parte do New Deal e a luta antifascista se desvaneceu como por um passe de mágica.

Desde a década de 60 vêm sendo recompostas as bases de uma coalizão de forças populares nos Estados Unidos, que também se expressa em formas contraditórias - no novo recrudescimento do movimento antitruste de conteúdo liberal pequeno-burguês; no movimento contra a guerra do Vietnã nos movimentos estudantis de vanguarda; num forte sentimento anti-imperialista, pacifista e antimonopolista, agravado pelos resultados das crises econômicas locais e internacionais.

Nessas condições se vão delineando as bases de um programa de transformações sociais nos Estados Unidos, cuja radicalização poderia dar origem a um movimento ou partido antimonopolista, anti-imperialista e democrático, apoiado num movimento operário renovado, na juventude universitária e na intelectualidade liberal de esquerda. Talvez, no seio desse movimento ou ao seu lado, poderão nascer alguns rebentos de uma intelectualidade marxista que começa a despontar nesse país de sólidas tradições anti-intelectuais.

As contradições do imperialismo começam a amadurecer em seu próprio centro e buscam um canal de expressão política e ideológica.

2 - A Crise do Imperialismo

A prolongada fase de crescimento contínuo de pós-guerra, bem como a aplicação relativamente bem sucedida de técnicas anticíclicas de inspiração keynesiana e a posição defensiva do movimento revolucionário nos países industrializados causaram euforia no campo ideológico e particularmente na ciência econômica - campo fértil para a apologética burguesa. As teses do capitalismo pós-cíclico, da sociedade de consumo, da opulência, do estado de bem-estar, da sociedade industrial, e tantas outras, procuravam eternizar os resultados positivos de um capitalismo reformado, vitalizado e aparentemente esmagador.

Essas versões apologéticas não procuraram explicar as razões que davam origem ao período cíclico de crescimento e que, não obstante, estabeleciam ao mesmo tempo os seus limites; nem tampouco quiseram reconhecer como crises cíclicas e como manifestação de uma inegável permanência do ciclo as depressões e recessões econômicas do período. Hoje em dia, quando a depressão assume um caráter dramático improvisam-se explicações e justificativas que não questionem essa “ciência”de

opereta, com seus galardões, suas elegâncias estilísticas e outras fachadas necessáias para encobrir seu fracasso real.

É preciso assinalar que a grande burguesia jamais acreditou nessas versões ideológicas reservadas para o grande público. Seus verdadeiros economistas continuaram preocupados com o ciclo econômico, com os movimentos financeiros, com os déficits fiscais e as balanças de pagamento negativas.

O marxismo, por sua parte, depois que alguns autores previram equivocadamente a impossibilidade de uma significativa recuperação capitalista no pós-guerra, caiu numa posição defensiva e somente sob o impacto da crise norte-americana de 1958-61 começou a apresentar uma perspectiva de questionamento da expansão ininterrupta. Devido, porém, à forma dessa crise, gerou-se uma teoria que previa uma estagnação relativa, sem graves depressões e sem grandes períodos de crescimento. Uma vez mais, o boom de 1962 a 1966 veio complicar o revisionismo teórico.

Que nos dizem, todavia, as evidências empíricas? Os estudos sobre ciclos econômicos prolongados constataam em geral a existência de ondas cíclicas de 40 meses, 10 anos e 60 anos. As explicações para essas ondas de crescimento e depressão são, entretanto, pouco consistentes, e seria de crer que não tivessem por que se repetir. Não obstante, é possível explicar os ciclos prolongados pela incorporação de inventos importantes para a economia, os quais provocam modificações significativas na composição orgânica do capital, na taxa de lucro, no exército industrial de reserva e no nível salarial, bem como no plano institucional (concentração empresarial, centralização financeira, internacionalização do capital e intervenção estatal). Essas modificações positivas para a taxa de crescimento do produto atingem um limite num prazo aproximado de 30 anos, tornando-se necessário um novo período depressivo com a mesma duração para provocar os ajustes necessários a um novo ciclo ascendente. A depressão conduz a um aumento do exército industrial de reserva, a um conseqüente rebaixamento salarial, a um aumento da composição orgânica do capital, da taxa média de lucro e dos excedentes de capital que permite iniciar uma nova fase de crescimento.

Se estudarmos detidamente o grande ciclo de pós-guerra, poderemos isolar teoricamente suas causas particulares e contatar, em conseqüência, os seus limites. A incorporação ao ciclo produtivo das transformações tecnológicas operadas durante a guerra na indústria eletrônica, na petroquímica e na energia atômica, bem como o aumento dos gastos estatais, particularmente o estímulo à indústria de guerra e aos gastos militar e educacional, a reconstrução européia e japonesa e a industrialização de vastas regiões do Terceiro Mundo, as mudanças de produtividade da agricultura com o aumento do consumo de bens industriais (adubos, fertilizantes, pesticidas, etc.) - tudo isso configura um conjunto de investimentos incorporados primeiramente nos Estados Unidos e em seguida estendidos ao plano internacional.

Todas essas novidades atingem o seu limite na década de 60: o processo de expansão internacional se completa com o término da reconstrução européia e japonesa e da chamada substituição “fácil” de importações nos países mais industrializados do Terceiro Mundo; a indústria de guerra entra em crise ao ocorrerem os saltos tecnológicos cuja aplicação exige uma nova fase de acumulação, a revolução científico-técnica em andamento exige uma importante renovação do parque industrial existente, com a introdução maciça da automatização, o aumento do consumo público em escalas gigantescas e as conseqüentes mudanças no capitalismo de Estado e em seu grau de

intervenção econômica; também no plano internacional impõe-se a necessidade de uma nova divisão do trabalho e novas regras financeiras que assegurem a liquidez de um sistema financeiro cujo crescimento se fez às custas de um endividamento dos países dependentes impossível de ser saldado sem drásticas moratórias, falências e reajustes.

Por outro lado, os dados revelam que ciclos de 4 a 10 anos ocorreriam nos Estados Unidos em 1949, 1954, 1958 e 1961. Na Europa e no Japão, os ciclos assumiram formas mais brandas e pouco perceptíveis devido à reconstrução maciça do pós-guerra.

Os fatos revelam, pois, que o ciclo ascendente prolongado tem explicações muito precisas e que os ciclos menores não desapareceram - apenas se atenuaram.

Por outra parte, há um bom número de dados sobre a economia americana que revelam um aumento na margem de desemprego permanente ou estrutural, ao passo que no conjunto do capitalismo a constante inflação que tomou enorme alento na década de 60 revela os limites da intervenção estatal e do conseqüente déficit fiscal, bem como do manejo deficitário do dólar, dos gastos militares imperialistas e de um comércio mundial fundado no mais irresponsável endividamento.

A partir de 1967, surge um novo padrão de comportamento da dinâmica capitalista mundial. De um período de crescimento contínuo, empanado apenas por pequenas crises, passa-se a uma fase de crises constantes marcada por curtas recuperações. Podemos aceitar, com bom fundamento teórico, que se trata de um novo ciclo depressivo, o qual deverá manter-se por longo prazo com as características de seus primeiros oito anos de crise geral, já decorridos. O fundamento dessa afirmação encontra-se, em parte, na observação geral dos ciclos de grande duração que já assinalamos e, em particular, na constatação do esgotamento dos fatores que levaram à fase ascendente do pós-guerra. Cabe, pois, analisar mais detalhadamente o comportamento da economia norte-americana e internacional nesses oito anos para que se possam definir suas constantes e a evolução possível dos acontecimentos mundiais.

Conseguimos dividir esse período em 3 ciclos curtos. O primeiro ciclo depressivo vai de 1967 a 1971, passando por uma pequena e artificial recuperação em 1968. Um segundo ciclo caracteriza-se por uma forte recuperação, curta e especulativa, entre 1972 e 1973. Um terceiro ciclo ?marcado por uma forte, contínua e generalizada depressão entre 1974 e 1975. No segundo semestre de 1975 anuncia-se uma nova recuperação, cujas características podemos prever em função da análise dos oito primeiros anos da crise geral em andamento ou, em outras palavras, do ciclo depressivo de longo prazo.

Em resumo, o que podemos concluir da análise desses três períodos cíclicos que o capitalismo se vê impossibilitado de vencer a crise geral em que se debate sem sofrer importantes mudanças em sua estrutura, o que implica necessariamente um longo período cuja característica principal são os períodos depressivos. Essas modificações estruturais têm de criar necessariamente as condições de um novo equilíbrio econômico, superando assim os limites atuais que impedem o surgimento de um novo período de acumulação capitalista. Depois de um prenúncio de recessão surgido em 1967, com uma queda internacional generalizada da taxa de crescimento, os governos capitalistas tentaram uma recuperação artificial em 1968. Logo foi possível observar os graves afeitos econômicos (inflação, crise do dólar e da libra, aumento do protecionismo, ameaça ao comércio mundial) e políticos (onda contestatória de massas em nível mundial, cuja expressão mais alta foi o maio francês) dessas medidas. A única saída

possível foi a adoção das restrições ao crescimento que levaram a recessão de 1969/1971. Nos Estados Unidos o que se iniciou como uma recessão acabou por assumir o caráter de uma franca depressão em 1970, sendo que na Europa ela se definiu em 1971. Por essa razão começaram então a despontar os efeitos políticos da nova situação. O fim dos “milagres econômicos” e da economia de “abundância”, o aumento do desemprego e as investidas contra as conquistas salariais alcançadas nos anos de bonança econômica acentuaram as contradições de classe nos países industrializados. Da mesma forma, no plano internacional, aumentaram as contradições interimperialistas e os movimentos reivindicativos dos países dependentes. Essas tendências foram agravadas pelo avanço econômico e militar do campo socialista, que levou em 1970 a um equilíbrio militar entre a URSS e os Estados Unidos.

Em termos políticos gerais, essas mudanças levaram a um crescimento dos movimentos de centro-esquerda. A social-democracia subiu ao poder em quase toda a Europa, e nos países onde os partidos comunistas tinham mais peso sua capacidade de luta foi aumentada, começando a surgir condições para uma união entre comunistas e socialistas. Inesperadamente, foi num país dependente - o Chile - que uma aliança liderada por comunistas e socialistas assumiu o poder em 1970, realizando-se ali uma experiência de interesse mundial. Isso se tornou possível graças às características particulares do Partido Socialista Chileno, que, além de defender uma linha de frente de trabalhadores, se havia definido pelo marxismo-leninismo em 1967. A participação do Partido Radical Chileno no governo garantiu o apoio da social-democracia européia. Por isso, foi um ato de desespero de Nixon quando aniquilou, com o emprego da mais deslavada violência, essa experiência, expondo-se a um confronto com a social-democracia e colocando em sério risco à sua política de distensão com a URSS.

A ação golpista no Chile foi parte de uma contra-ofensiva dos Estados Unidos, que tentam recuperar o prestígio perdido desde 1967, tendo como apoio as condições econômicas criadas pela recuperação de 1972/73. Essa recuperação havia começado no segundo semestre de 1971, chegando ao auge no período compreendido entre os primeiros meses de 1973 e outubro do mesmo ano, quando o embargo do petróleo, determinado pela crise militar no Oriente Médio, marcou o início de uma grave depressão, que analisaremos mais adiante.

Convém assinalar alguns aspectos dessa recuperação. Em primeiro lugar, ela foi muito breve. Em segundo lugar, fez subir a inflação internacional a níveis de alta periculosidade para as operações capitalistas do dia-a-dia e para o funcionamento do sistema em geral. Essa inflação chegou a atingir os produtos agrícolas e as matérias primas, causando em 1973 uma modificação nos termos de intercâmbio internacionais em favor dos países dependentes. O embargo do petróleo e o súbito aumento do seu preço provocaram uma nova redistribuição dos recursos financeiros internacionais, o que causou grande pânico nos países industrializados. Em terceiro lugar, os enormes investimentos do período não alteraram substancialmente o sistema produtivo nem conseguiram provocar uma queda significativa da taxa de desemprego.

Apesar do otimismo artificial surgido nesse breve período, os fatos indicavam claramente os limites dessa recuperação, apontando para novas medidas restritivas que levariam inevitavelmente a uma depressão bastante grave.

E isso foi o que sucedeu. Em outubro de 1973, os dados começaram a assinalar o fim do boom de 1973. Iniciou-se a aplicação de medidas restritivas e, entre 1974 e o

primeiro semestre do ano atual, a depressão se manifestou em toda a sua intensidade. Tornou-se claro, desde o princípio que, se a intenção era pelo menos atenuar a inflação, não bastava uma simples recessão. Em seu transcurso, a depressão revelou seu caráter grave, expressado na mais alta taxa de desemprego e na mais acentuada baixa do produto nacional bruto, da produção industrial, dos valores da bolsa, do comércio mundial, do movimento de capitais e outros indicadores de depressão econômica, desde a crise de 1929-32.

Os acontecimentos políticos se precipitaram. No auge da crise radicalizaram-se alguns governos do Oriente-Médio, caíram a ditadura grega e a portuguesa, iniciou-se a descolonização portuguesa em favor dos movimentos mais radicais de liberação colonial, o caminho socialista foi proposto para Portugal, caiu o império etíope e os Estados Unidos tiveram que abandonar, derrotados, o Vietnã do Sul. Na Inglaterra, uma heróica greve operária derrubou o governo conservador e instalou no poder um governo trabalhista de centro, fortemente influenciado, porém, pela esquerda proletária. Na França, a coalizão popular comandada por uma frente socialista-comunista por pouco não chega ao governo; na Itália, a crise da Democracia Cristã se agrava, a direita é derrotada num plebiscito sobre o divórcio e os socialistas abandonam o governo, aproximando-se do maior partido comunista do Ocidente; na Espanha, periclita o regime franquista, já profundamente debilitado; nos países nórdicos são mantidos os governos social-democratas, porém cada vez mais dependentes do apoio dos comunistas. Em 1976 os social-democratas foram derrotados na Suécia, o que, não obstante, deverá aumentar sua radicalização política em direção à esquerda.

Em toda a Europa se formam, dentro de uma social-democracia ascendente, alas de esquerda que no período de pós-guerra se tinham mantido amortecidas. Os movimentos sindicais socialistas e cristãos aliam-se firmemente aos comunistas, e esse importante aparelho da guerra fria - a CIOSL - bem como sua correspondente latino-americana, a ORIT, entram em plena decadência. As bases da união da classe operária se desenvolvem em todos os planos: econômico, social e político.

Os efeitos da situação sobre a extrema-esquerda ou a esquerda extra-parlamentar faziam-se sentir desde 1970. Surge uma diferenciação cada vez mais nítida entre o seu setor anarquista, que se inclina seja para um "massismo" agressivo em 1968-69, seja para um terrorismo de minoria, e um setor marxista que se vai aproximando das frentes socialista-comunistas. Alguns grupos retornam, inclusive, a seus partidos primitivos, onde existe um campo de ação crescente em consequência da radicalização das grandes massas operárias e de amplos setores pequeno-burgueses. Isso implica uma moderação do radicalismo dos setores minoritários e uma radicalização das teses de setores de massa.

As mudanças políticas operadas na direção do Partido Comunista da URSS e em todos os demais partidos, manifestadas na Conferência dos Partidos Comunistas de 1969 e nas duas reuniões dos partidos comunistas europeus realizadas em 1973, dirigiram-se no sentido da adoção de uma linha política mais combativa, baseada numa definição estratégica mais avançada, passando do apelo à formação de governos progressistas, democráticos e nacionalistas à formação de governos operários socialistas e social-democratas, em busca de uma frente única proletária capaz de executar medidas socializantes (com a importante exceção do Partido Comunista Italiano que propõe o "compromisso histórico" com a Democracia Cristã e do Partido Comunista Espanhol,

que propõe uma frente democrática contra o fascismo). Da mesma forma, os partidos comunistas modificam sua atitude com relação à extrema-esquerda, estabelecendo um diálogo com o seu setor não terrorista, que ainda se apresenta cheio de dificuldades e atritos. Atenuaram-se também as críticas ao maoísmo.

Desde fins da década de 60, entramos, assim, numa nova era política. Essa era ?o anúncio das tendências ainda subterrâneas que irão aflorar durante esses anos de crise geral do sistema e que poderão ser matizadas por períodos de recuperação, mas que continuarão a agravar, em seu conjunto, as contradições do capitalismo, at? há bem pouco tempo atenuadas pela fase de acumulação. Nesse quadro não deve ser subestimada a ascensão do fascismo. Este ressurgiu no cenário mundial como movimento organizado, dispondo ainda de fortes pontos de apoio nos governos do Brasil e da Espanha, assim como, anteriormente, encontrava esse apoio nas ditaduras da Grécia e de Portugal. Em nossos dias, o fascismo tem encontrado um baluarte na junta militar chilena. Na Itália foi descoberta uma rede de relações fascistas que compromete altas personalidades da Democracia Cristã e altas hierarquias da OTAN, numa tentativa de golpe de Estado frustrada em 1970. A CIA tem participado ativamente dessas conspirações.

Embora seja possível afirmar que o fascismo se enfraqueceu nos últimos anos com a queda das ditaduras portuguesa e grega, não ?menos verdade que ele se fundiu mais intimamente com os movimentos e partidos conservadores que se radicalizaram para a direita nesse mesmo período.

Podemos observar um complexo movimento histórico: os partidos comunistas, socialistas e social-democratas se radicalizam para a esquerda, absorvendo, inclusive, parte da antiga extrema-esquerda; os partidos conservadores se radicalizam para a direita, absorvendo parte do fascismo. O que na década de 60 era um confronto de minorias radicais tende a se converter, na década de 70, num confronto de massas. ?a dinâmica da crise, que anteriormente era apenas intuída ou percebida por minorias e que se vai estendendo a todo o corpo social.

A próxima recuperação econômica, esperada a partir do segundo semestre do ano em curso, dever estimular novas tentativas de agressão da direita, mas os resultados necessariamente insuficientes da recuperação e a sua curta duração (os dados indicam que se dever atingir um boom econômico em 1978, o qual dever?elevar a inflação a níveis incontroláveis e, por conseguinte, a uma nova depressão bastante mais grave do que a atual) deverão abrir caminho para uma nova fase revolucionária , que levará principalmente até a Europa e também aos demais países do centro do imperialismo (Estados Unidos e Japão) as ondas revolucionárias que desde o início da guerra fria se tinham deslocado para os países coloniais.

É muito difícil prever até que ponto uma classe operária educada, durante o período de pós-guerra, segundo conceitos reformistas que afetaram seriamente a visão ideológica e estratégica de seus partidos dirigentes e pressionada, por outro lado, na década de 60, por um radicalismo anarquista de caráter pequeno-burguês e elitista, que no entanto anunciava o fim do período reformista – até que ponto, dizíamos, essa classe poderá encontrar o justo equilíbrio revolucionário que lhe permita superar, através de uma sociedade socialista, os desafios da hora presente.

Os passos unitários alcançados nos últimos anos, tanto no plano sindical como no político, constituem uma base necessráia para qualquer solução revolucionária . As

mudanças nos partidos comunistas, particularmente no soviético, são também animadoras, o mesmo ocorrendo com os progressos dos setores socialista e social-democrata. A moderação e a auto-crítica de setores da extrema-esquerda, bem como a crise da democracia cristã com o aparecimento de um novo movimento cristão de cunho socialista, são outros sinais positivos. Essas são, porém, todas elas, tendências muito gerais e ainda minoritárias, embuídas de uma tradição predominantemente sectária, divisionista e subjetivista surgida durante a guerra fria. Se prevalecerem os fatores unificadores e um movimento ideológico, estratégico e tático em direção ao socialismo, poderemos, não obstante, alimentar grandes esperanças no desenvolvimento do socialismo nos centros dominantes do capitalismo, provocando uma mudança radical na face do globo.

3 - Dependência e Revolução

As seções anteriores que resumiram as teses centrais das duas primeiras partes deste livro restringiram-se a analisar as formações sociais dominantes, a economia política internacional à época do imperialismo monopolista integrado e os elementos básicos da crise geral do capitalismo. Restringimos a análise aos países dominantes por razões metodológicas, porque dentro dessa economia internacional capitalista há dois grandes tipos de formações sociais que têm características estruturais e comportamentos distintos, reagindo também de maneira diversa em face das oscilações cíclicas do sistema. As formações sociais dominantes são o foco irradiador dos ciclos e por isso sua análise precede ou condiciona a análise daquelas formações sociais dependentes, que têm de acomodar-se a esses ciclos internacionais reagindo de maneira positiva ou negativa conforme suas características internas. Entre essas características estão seus próprios ciclos econômicos que, ao derivarem de suas leis internas de acumulação, não coincidem necessariamente com as conjunturas internacionais. Ocorrem assim movimentos cíclicos muito particulares, que exigem uma análise específica.

Torna-se necessário, pois, que estudemos as características próprias da situação de dependência na economia internacional, as relações específicas que se estabelecem, as modalidades de estruturas sócio-econômicas que se formam, o caráter específico que assumem as leis do desenvolvimento capitalista dessas formações e, finalmente, os comportamentos cíclicos que elas tendem a ter. Ao mesmo tempo, a partir dessas análises, é possível determinar de maneira muito geral as estruturas de classes e as forças sociais ou coalizões sociais que se estabelecem, bem como a correlação de forças que tende a se formar e as alternativas de mudança que essas forças sociais criam. Antes de analisar esses problemas, é necessário fazer algumas considerações de ordem teórica e metodológica que nos permitam estabelecer a maneira correta de abordar o fenômeno.

Historicamente, desde a antiguidade têm existido formações sociais imperialistas e coloniais. Não obstante, é somente na época moderna que essa relação assume um caráter mundial em consequência da integração alcançada pela economia capitalista internacional que, de um lado, produz um mercado mundial integrado de mercadorias, força de trabalho e capitais, de outro, uma alta concentração da tecnologia, de produção e dos capitais num centro hegemônico e num conjunto de países dominantes. A questão da dominação imperialista, de um lado, e da superação da condição de dependência, de outro, converte-se num problema mundial. O desenvolvimento do capitalismo como

capitalismo monopolista imperialista se converte, dialeticamente, num impulso ? expansão mundial capitalista e, ao mesmo tempo, num limite a esse desenvolvimento. Pois a expansão do capitalismo não produz, em consequência de seu caráter contraditório, uma economia internacional equilibrada e igualitária, e sim a oposição entre um capitalismo dominante e um capitalismo dependente, limitado em sua capacidade de desenvolvimento e incapaz de resolver sequer os problemas de sobrevivência humana elementares, que numa boa parte dos países dominantes puderam ser superados.

O reconhecimento desse problema ?bastante antigo, embora um estudo mais profundo dele se torne cada vez mais premente. Não obstante, há duas maneiras fundamentalmente opostas de apresentá-lo. Uma delas parte do princípio de que a situação dos países dependentes ?uma consequência de sua demora em integrar-se ao capitalismo. A outra encara o subdesenvolvimento como consequência de uma situação histórica de submissão econômica e política, fruto do caráter desigual e combinado do capitalismo. Estudemos a primeira, que se origina de uma classe evidentemente burguesa. De acordo com o primeiro enfoque, o subdesenvolvimento seria sinônimo de ausência de desenvolvimento, de subsistência de relações pr?capitalistas, tradicionais, feudais ou semi-feudais. A ênfase teórica se volta, assim, essencialmente, para o estudo das condições do desenvolvimento econômico, do impulso que assegure o início de uma escalada de acumulação capitalista.

Em suas linhas gerais, essa posição, com maior ou menor variação, v?nos investimentos capitalistas o caminho do crescimento econômico, da integração e da independência nacional, da superação dos vestígios tradicionais ou pré-capitalistas que levaram a uma distribuição de renda negativa, da formação do mercado interno, da implantação de condições democráticas e de participação popular. Em sua forma populista,? que chegou ao auge na década de 30, postulava-se uma forte participação estatal na economia, a nacionalização das riquezas básicas, a reforma agrária e a justiça social, como os requisitos básicos para uma transformação social cujo objetivo era o desenvolvimento nacional autônomo.

Depois da segunda guerra mundial, o imperialismo começou a interessar-se diretamente pelo investimento industrial nos países dependentes, sendo dada, em consequência, uma grande ênfase aos estudos sobre o desenvolvimento. A entrada maciça do capital internacional nos setores mais dinâmicos da economia encontrou, a princípio, uma oposição do capital nacional e do movimento popular. Com o passar do tempo ocorreu, contudo, uma divisão ideológica no interior do movimento populista e nacionalista. Um setor - a grande burguesia - percebeu claramente a impossibilidade de manter sua independência num mundo cada vez mais dominado pelo grande capital, tendo concluído que a única força capaz de se opor a uma entrada maciça do capital internacional seria um capitalismo de Estado muito desenvolvido, o qual, em condições democráticas, precisaria contar com o apoio do movimento popular, ameaçando retirá-lo do poder e abrindo caminho para o socialismo. A experiência da revolução cubana - que só conseguiu atingir seus objetivos democráticos dentro do quadro de uma revolução socialista - fez voltarem atrás os ideólogos nacionalistas e os levou a aceitarem a tese do “desenvolvimento” que enunciava de forma simples a proposição de que o desenvolvimento era o objetivo e o nacionalismo, o instrumento. Se o capital internacional se aliava ao desenvolvimento, o nacionalismo devia moderar-se e aceitar

esse fato como positivo. Ao mesmo tempo, a aplicação maciça do desenvolvimento baseado no capital internacional demonstrava seus limites: tecnologia avançada (mas não a mais avançada), produtos de consumo evidente, concentração e monopolização da produção, estrutura industrial especializada no setor de consumo, elevada importação de insumos para sua produção, remessas enormes de lucros, empréstimos para financiar essa situação deficitária, baixa utilização da mão-de-obra, desintegração da estrutura agrícola tradicional, sub-emprego e desemprego em vastas concentrações urbanas. Tudo isso indicava os limites do crescimento econômico realizado sob os auspícios do grande capital: concentração de renda, limites para o mercado interno de produtos de consumo básico, criação de uma estrutura industrial dependente, marginalidade urbana, baixa produção rural, protecionismo e clientelismo estatal artificial, déficit da balança de pagamentos, empréstimos internacionais que não podem ser saldados.

Nesse contexto acentuou-se a busca de uma maior integração no sistema capitalista mundial, que modificou substancialmente o programa reivindicativo das burguesias dos países dependentes: melhor preço para os produtos exportados, industrialização das matérias primas e produtos agrícolas exportados, ampliação do mercado dos países dominantes para os produtos manufaturados nos países dependentes. Do ponto de vista interno, restringiu-se cada vez mais a participação popular, ampliou-se o poder do executivo e dos tecnocratas, foram postas em prática as técnicas contra insurreição e recorreu-se abertamente à ditadura militar com inclinações fascistas quando o movimento de massas atingiu níveis importantes e ameaçou tomar o poder.

A situação alterou-se significativamente com a crise do capitalismo e particularmente com a depressão de 1974-75, permitindo a radicalização do programa nacionalista ao se acentuar a iniciativa de formar cartéis para garantir os preços, de aumentar as nacionalizações e de reforçar substancialmente o capitalismo de Estado; ao se ameaçar, ainda que vagamente, com o não pagamento das dívidas externas, ao se procurar mercado nos países socialistas, ao pleitear-se uma política externa mais atuante frente aos Estados Unidos e de maior unificação do chamado Terceiro Mundo, explorando principalmente as possibilidades de pressão nos organismos internacionais em aliança com os governos socialistas. Ao mesmo tempo, o avanço da revolução socialista na África e na Ásia, bem como o desenvolvimento do movimento popular em escala internacional, aumentou de maneira considerável o radicalismo anti-imperialista do movimento dos não-alinhados.

Essas considerações nos permitem penetrar na visão marxista do problema da dependência e do subdesenvolvimento que, apesar de não estar alheita às oscilações do pensamento burguês e do movimento populista, se desenvolveu dentro de critérios teóricos e políticos próprios.

Em contraposição à visão burguesa da questão da dependência, o materialismo dialético abordou-a e ainda a aborda de maneira distinta. Desde o triunfo da revolução russa, o movimento socialista internacional passou não só a contar com o apoio de um poder estatal - a URSS - como a se vincular à revolução colonial. O III Congresso da Terceira Internacional, em seu informe elaborado pelo próprio Lenine, com a assessoria de camaradas hindus, propôs já claramente que o movimento de libertação colonial passasse a integrar-se à luta mundial pelo socialismo. Já então, se reconheciam os limites da burguesia nacional colonial e, em certos casos, se constatava sua inexistência

ou incapacidade para levar avante a luta democrática e de libertação nacional que assegurasse o desenvolvimento igualmente capitalista desses países. Reconhecia-se, então, a especificidade dessas formações sociais e as novas formas que nelas assumiam as tarefas democráticas e a acumulação primitiva de capitais. Reconheciam-se também os diversos tipos de estrutura social que se formavam em consequência da situação pr? colonial e do grau de penetração do capitalismo e, conseqüentemente, do desenvolvimento da classe operária. Posteriormente, a queda do movimento revolucionário europeu e a ascensão da revolução democrática na Pérsia, na Turquia, na Indonésia e sobretudo na China levaram a Terceira Internacional a se preocupar mais diretamente com a questão. Realizou-se um amplo debate sobre o malogro da insurreição de Pequim e Cantão em 1927, iniciando-se um trabalho mais extenso sobre o tema da revolução de libertação nacional.

Foram, porém, os marxistas dos países coloniais que deram um impulso mais direto à análise da revolução no mundo dependente. Mao-Tse-Tung deu uma grande contribuição ao tema ao descrever, já em 1927, a especificidade da estrutura de classes chinesa e ao assinalar posteriormente, em 1939, o caráter da “nova democracia” que emanaria da revolução. Mao demonstrou então o caráter operário-camponês, anti-imperialista e democrático da revolução chinesa e sua necessária inclusão no quadro da revolução socialista.

A revolução democrática seria não apenas dirigida pelo proletariado, seu exército e seu partido, como também se desenvolveria de maneira constante para uma fase socialista.

A contribuição teórica de Mao foi coroada pela prática da revolução chinesa. Consolidou-se na Coréia e no Vietnã do Norte esse marco teórico. Nos casos da Argélia e de Cuba ocorreram fenômenos novos. A revolução democrática não foi conduzida por um partido comunista; não obstante, particularmente no caso de Cuba, ela evoluiu num sentido nitidamente socialista. A década de 60 conheceu amplas variações revolucionárias no mundo dependente, principalmente na África, onde o socialismo emergiu às vezes diretamente de sociedades tribais, sob formas muito próprias e originais, conduzidas por vanguardas políticas às vezes improvisadas.

É pois, evidente que nesse contexto internacional dinâmico se desenvolve também a teoria sobre a situação de dependência e das estruturas que ela gera.

Particularmente na América Latina, a experiência da revolução cubana criou um novo marco político e ideológico. Tornou-se bastante evidente que as relações de dependência não podiam ser superadas dentro dos moldes capitalistas. Ao mesmo tempo, o movimento populista se vinha desintegrando devido à evidente traição de seus dirigentes burgueses aos ideais nacionalistas democráticos e de justiça social. Por outro lado, as experiências entreguistas, ditatoriais e concentradoras de renda, como o modelo brasileiro, atraíam cada vez mais o empresariado do continente. No Chile, a experiência da “revolução em Liberdade” da Democracia Cristã mostrava claramente os limites do reformismo. Agigantam-se, assim, os clamores revolucionários no continente, a chamada ?revolução socialista começa a se fazer ouvir em amplos setores populares. Após vários malogros do movimento insurrecional, particularmente dos que alcançaram maior amplitude, como os da Venezuela e Guatemala, impõe-se no Chile um governo popular com um programa de transformação anti-imperialista, antimonopolista e

antilatfundirário, com o objetivo de iniciar, baseado nesses princípios, a construção socialista.

Como fundamento para esse programa havia, além da experiência prática cubana, os estudos que tinham exposta o caráter feudal de nossa economia e sociedade e demonstrado que o subdesenvolvimento tinha sua origem numa situação de subordinação e dependência do capitalismo local, incapaz de levar avante um significativo desenvolvimento das forças produtivas que conseguisse provocar a absorção maciça da força de trabalho, destruir as relações de produção retrógradas e instaurar uma democracia com plena participação das massas. Na época do capitalismo monopolista de Estado, o desenvolvimento do capitalismo dependente se mostrava também monopolista e apresentava indícios de decomposição antes de alcançar formas mais democráticas.

Os estudos sobre a dependência começaram, assim, a inverter a perspectiva tradicional que punha ênfase nos obstáculos pr?capitalistas ao desenvolvimento do capitalismo e procuravam elimin?los a fim de criar condições políticas e econômicas para os seu pleno desenvolvimento. Os novos estudos concentraram-se na análise do caráter atual do imperialismo, na incidência da remessa de lucros para configurar o déficit na balança de pagamentos, na influência do capital internacional e suas opções tecnológicas, no desenvolvimento de uma estrutura de produção concentrada e monopolista, em seu efeito sobre o padrão de consumo e a distribuição de renda, na relação entre esse tipo de industrialização e distribuição da renda e a formação de um vasto subproletariado, em seus efeitos sobre a estrutura de classe, particularmente sobre a classe dominante e o chamado empresariado local ou burguesia nacional convertidos em sócios menores do imperialismo, nos ajustes políticos do Estado a fim de criar uma infraestrutura para esse novo tipo de dependência, nos efeitos ideológicos de semelhante situação sobre o movimento nacionalista e a radicalização do movimento de massas, nos problemas estratégicos e táticos que derivavam dessa situação. Surgiu assim um conjunto de estudos econômicos, sociológicos e políticos sobre o subcontinente, suas diferenciações tipológicas, suas sociedades nacionais e grupos regionais, sobre os aspectos ideológicos da dependência e muitos outros que renovaram e estimularam amplamente a produção científica latino-americana. Esses estudos, embora inspirados em certas linhas gerais comuns, refletiam várias tendências teóricas e políticas distintas.

Posteriormente, surgiram várias críticas às proposições gerais do que se convencionou chamar de “teoria da dependência”. Essas críticas não s?ignoram completamente as diferentes posições que sobressaem dentro dessa corrente de idéias e estudos, como também atribuíram ao conjunto de autores as posições de apenas alguns deles. Mas, o que há de lamentável nelas é o seu desconhecimento dos últimos 50 anos de elaboração marxista sobre o tema, fazendo com que equiparassem o estudo dessas formações sociais à análise das relações sociais pré-capitalistas, cujo desenvolvimento se vê obstado pelo imperialismo. Ao mesmo tempo, outros entendem que as sociedades nacionais dependentes são unidades absolutamente distintas, sem leis de desenvolvimento comum, ou, então, que seriam simples versões nacionais do capitalismo monopolista de Estado. Não faltaram também as críticas metodológicas segundo as quais a “teoria da dependência” não havia superado o desenvolvimentismo e se achava ainda dentro de seus moldes epistemológicos.

Apesar de não terem apresentado ainda nenhum estudo empírico importante, essas críticas atacaram a falta de uma análise de situações concretas, ignorando sumariamente os esforços empíricos já realizados.

O que há de grave, do ponto de vista metodológico, nesses pronunciamentos, é a sua influência estruturalista, que pretende separar o esforço teórico latino-americano de suas fontes históricas e criar um pensamento “marxista” que, ao invés do confronto e superação dialética da ideologia burguesa nacionalista e desenvolvimentista profundamente impregnada no nosso proletariado, pretende impor uma alternativa pura constituída por uma aplicação mecânica e ahistórica do marxismo.

Do ponto de vista político, as críticas negam a relação dialética necessária entre o caráter socialista da revolução latino-americana e suas tarefas antiimperialistas, democráticas e de libertação nacional. Negam, em consequência, a luta comum antiimperialista dos países dependentes, ao invés de tentarem radicalizá-la através de sua aplicação consequente sob a hegemonia do proletariado.

Esse tipo de estruturalismo metodológico e de sectarismo político se combinam para compor um conjunto de observações gerais muito vagas e sem o respaldo de nenhum estudo concreto, além de contribuírem para uma deformação sistemática das posições de vários autores.

O que tem sido feito nos últimos anos é necessariamente insuficiente e talvez contenha muitos equívocos, mas isso não será superado seguindo-se o caminho apontado por esses críticos. Eles apontam na direção da ideologia pequeno-burguesa e do passado, na direção do esquematismo teórico e do mais confuso formalismo e generalismo.

Na medida em que logremos superar essas críticas que procuram fazer retroceder o avanço teórico ocorrido nos últimos anos, poderemos definir mais claramente as características específicas da crise do capitalismo nos países dependentes e as alternativas de mudança que permitam superar revolucionariamente o capitalismo dependente ou renová-lo e ajustá-lo a uma nova fase da economia imperialista recém-emergente. Podemos concluir aqui essa discussão teórica e metodológica e retomar o nosso objetivo, analisando as características das crises nos países dependentes, bem como as modalidades de mudança que elas apresentam.

A crise capitalista dos países dependentes tem duas grandes fontes de origem. Há uma oscilação cíclica do setor exportador que está ligada fundamentalmente ao movimento da economia mundial e sua relação com a estrutura produtiva interna. Há por outro lado, uma oscilação cíclica da acumulação capitalista interna que assumiu uma forma mais declarada no período de pós-guerra, sobretudo naqueles países que conseguiram instalar uma indústria mínima tanto de base quanto pesada. Não podemos nesta introdução descrever em detalhe essas duas crises. Assinalaremos apenas suas características gerais.

A crise do setor exportador tem uma característica secular, na medida em que o controle monopolista do comércio mundial e a substituição de produtos naturais por sintéticos configuram uma situação negativa de intercâmbio para as matérias primas e produtos agrícolas. Da mesma forma, a crônica debilidade da balança comercial e a dependência da importação de maquinarias e matérias primas industrializadas para o desenvolvimento industrial dependente aumentam conjuntamente com o crescimento da industrialização e, de maneira ainda mais dramática, forçam a aceitação das condições

impostas pelas empresas transnacionais e pelo aparelho financeiro ou de ajuda econômica que exige sejam importadas em escala crescente as maquinarias e matérias primas, como parte dos investimentos estrangeiros. Ao mesmo tempo esses investimentos elevam a níveis fantásticos as remessas de utilidades e, por conseguinte, o déficit da balança de pagamentos. Para saldá-lo, recorre-se cada vez mais ao endividamento internacional cujos altos serviços formam, em consequência, uma parte crescente e fundamental do déficit da balança de pagamentos.

A esse déficit crescente e crônico, que configura os termos de uma crise secular ou estrutural, somam-se as oscilações do comércio mundial e dos movimentos financeiros que podem arruinar setores produtivos inteiros nos países dependentes e, por outro lado, provocam queda nas importações que em muitos casos podem estimular a produção interna substitutiva. Essas oscilações, quando assumem um caráter amplo, como no período de 1929 a 1939, provocando a queda do comércio, desinvestimentos e outros efeitos similares, criam condições novas para a luta de classes dos países dependentes: aceleram o antiimperialismo, estabelecem premência nas opções do desenvolvimento econômico interno, apresentam novas exigências de investimento estatal, agigantam as crises sociais, os deslocamentos humanos, a luta política.

As crises originadas pelo setor capitalista industrial de consolidação recente ligam-se evidentemente a essas oscilações, mas possuem sua dinâmica interna, determinada pelas leis gerais da acumulação capitalista e suas manifestações específicas em países de baixa produtividade geral, de mercados internos muito concentrados ao lado de massas depauperadas, de empresas industriais dominadas pelo capital internacional, de mão-de-obra barata com grandes desníveis internos, e de vasto subproletariado. Em tais condições, as oscilações tendem a ser menos x drásticas que nos países dominantes. Acima de tudo, a ausência de um setor de bens de capital importante faz com que a crise, ao chegar a esse setor, seja exportada para o exterior, através da queda das importações ou do aumento do financiamento externo.

Com esses traços gerais pudemos fazer um esboço em termos muito superficiais das grandes opções políticas que estão abertas aos países capitalistas dependentes. A intensificação da entrada de investimentos estrangeiros no setor industrial restringiu a termos mínimos as bases materiais de uma burguesia nacional e, portanto, de um projeto de desenvolvimento capitalista nacional e autônomo. Em seu lugar, erigiu-se um padrão de crescimento cujas características destacamos e que se resumem numa alta exploração do mercado concentrado de rendas elevadas, capaz de absorver os produtos sofisticados da nova tecnologia, e na ampliação do subproletariado como consequência das tendências tecnológicas excludentes de mão-de-obra. Por seu caráter limitado, que se choca com a necessária estreiteza do mercado interno, esse crescimento procura uma saída no mercado internacional com base numa nova divisão internacional do trabalho apoiada na exportação de matérias primas industrializadas e bens manufaturados de utilização intensiva de mão-de-obra, segundo os padrões internacionais definidos pelo desenvolvimento da revolução científico-técnica.

Como vimos, essas tendências podem coincidir com os interesses do grande capital internacional que, ao acentuá-las e controlá-las, se apossa da força de trabalho barata do Terceiro Mundo. Esse caminho leva à intensificação do caráter monopolista da economia, da ingerência do capitalismo de Estado, da centralização do capital. Na área política, leva à centralização do poder e a ditaduras de inspiração fascista. Na área

cultural, leva ao aumento do consumismo, ao desenvolvimento científico especializado e dependente, sem poder criador próprio, ?exacerbação das concepções desenvolvimentistas tecnocráticas, autoritárias e irracionais, de tipo fascista.

A imposição desse caminho traz graves inconvenientes, ao dar margem a uma forte resistência do proletariado e de amplos setores populares empobrecidos por esse processo de concentração da produção e da renda. Da mesma forma, ao criar graves problemas para os poucos setores nacionais sobreviventes, aumenta o seu descontentamento e sua tendência a se apoiar no capitalismo de Estado com o objetivo de interromper esse caminho. Para essas pretensões, encontra o apoio de setores da tecnologia e da burocracia estatal civil e militar, que procuram utilizar o poder econômico do Estado, como empresário e como interventor na economia, para reorientar o desenvolvimento capitalista num sentido mais nacional.

Essas ambições políticas estão condenadas, a longo prazo, ao fracasso, pois não ? possível um desenvolvimento capitalista que se oponha de maneira sistemática ? tendência da economia mundial capitalista a se submeter ao grande capital e das economias nacionais a se concentrarem sob o domínio do monopólio. O capitalismo de Estado tem que ajustar-se necessariamente aos interesses do monopólio e “racionalizar” seu funcionamento no sentido de aumentar a taxa geral do lucro.

Isso não impede, entretanto, que nos períodos de crise do sistema aumente o poder de negociação das burguesias locais e da pequena burguesia, sobretudo se conseguem colocar sob seu controle setores importantes do proletariado e do campesinato. Por outro lado, a utilização das contradições antiimperialistas crescentes durante a crise e a possibilidade de se abrirem mercados no campo socialista e de se poder contar com sua ajuda para conter em parte as pressões imperialistas configuram um quadro geral favorável a essa política que, reafirmamos, não encontra campo a longo prazo.

Convém assinalar ainda que essas políticas são uma resultante das fortes pressões sociais criadas pela crise geral do imperialismo e outras crises dela derivadas. Em tais circunstâncias, o movimento operário e popular dos países dependentes tende a se radicalizar, a aumentar o seu grau de conscientização e de organização e a assumir, em consequência, maior autonomia política e ideológica. Em tais circunstâncias, não faltam os oportunistas burgueses e pequeno-burgueses, que procuram aproveitar-se da situação para, através de uma política e, sobretudo, uma linguagem mais radical, assumir a liderança dessas massas.

Nessas condições, a crise geral do capitalismo radicaliza, por um lado, a ideologia e as políticas burguesas do grande capital em direção ?direita, e por outro lado, radicaliza o proletariado em direção ?esquerda. No centro, abre caminho para uma política oportunista e circunscrita, das camadas sociais decadentes, que se apoiam no capitalismo de Estado e procuram atrair o proletariado. Na fase atual da crise, esses setores aumentaram, como vimos, sua capacidade de negociação que se esconde por trás das tendências “neopopulistas” e social-democratas, que se vêm desenvolvendo ultimamente.

O resultado geral ?uma situação de crescente radicalismo político, cuja solução final?depende?da capacidade do grande capital internacional e seus aliados locais, de um lado, ou do proletariado, de outro, de estabelecer claramente perspectivas viáveis de solução imediata da crise, conquistando o apoio das camadas intermedeárias.

Este resumo das teses centrais do livro e dos argumentos em que elas se apoiam servir?de orienta?o aos leitores para que n?o se percam em meio a uma grande abund?ncia de detalhes, dados e argumenta?o?es que um tema t?o complexo exige obrigatoriamente. Esperamos hav?los estimulado a enfrentar as longas exposi?o?es que apresentamos ?suas considera?o?es.

2º TEXTO

Prof. Yuan Xing-Chang, prólogo a la edición china del Imperialismo y Dependencia, Centro de Estudios de América Latina, Academia China de Ciencias Sociales, Beijing, 1992.

"El libro Imperialismo y Dependencia escrito por el economista brasileño Theotonio Dos Santos es una de las principales obras de la Teoría de la Dependencia. Ella nos da una visión comprehensiva de los conceptos, metodología y marco estructural de la teoría de la dependencia".

"Su metodología y poderosos análisis son todavía válidos. Este libro sirve como una excelente referencia en nuestro análisis sobre la forma y la estructura de la dependencia en los países en desarrollo en general y de la América Latina en particular".

"La mayor contribución de Dos Santos es su definición y explicación del concepto y del significativo fenómeno de la dependencia."

"Para concluir, toda Teoría es limitada por su ambiente histórico. Lo mismo se aplica a la Teoría del "Imperialismo y Dependencia", tal como fue elaborada por Dos Santos. Con todo, su esencia, la metodología que él desarrolla, los análisis comprehensivos que produce sobrevive la prueba del tiempo. Para que entendamos la situación de los países en desarrollo en las relaciones económicas internacionales y su impacto social y económico en los países en desarrollo este libro es una referencia muy importante.

Para los formuladores de políticas, este libro coloca cuestiones importantes: ¿Cómo utilizar efectivamente las oportunidades creadas por la expansión de las corporaciones multinacionales? Como usar el capital internacional con el mínimo de efectos adversos? ¿Y cómo alcanzar el desarrollo nacional autónomo sin aislarse? Estas lecciones teóricas y prácticas podemos aprender en este libro y de la experiencia latinoamericana".